A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO A PARTIR DO COTIDIANO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO NO SETOR TERCIÁRIO: O CASO DA AV. CINQÜENTENÁRIO, ITABUNA/BA.

OLIVEIRA Jr., Gilberto Alves de. - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
utoposx@yahoo.com.br

RESUMO: O espaço se conjuga a si mesmo através de complexas relações com o tempo e com a sociedade, estabelecendo-se enquanto totalidade ao mesmo tempo em que fragmenta-se através de um desigual acúmulo de tempos estruturados através da organização da reprodução social numa perspectiva histórica, que compreende uma mescla de tempos no tempo presente, na sociedade e no espaço. Neste sentido o espaço urbano é produto de processos sociais envoltos na estrutura de reprodução contraditória do capitalismo, da estrutura que fundamenta a organização da sociedade, que através desta (estrutura) se organiza para se reproduz, assim produzindo espaço. A cidade é hoje o âmago da reprodução do capital na sociedade cuja finalidade parece ser, e cada vez mais, o consumo; esta reprodução assume características complexidades dado ao fato de que é materializada no espaço a partir de um setor econômico que não possui como função a realização do capital na produção material, e que ainda carece de atenção pelos estudos aferidos pela ciência geográfica. Procura-se discutir o cotidiano das relações sociais de trabalho que se desenvolvem no âmbito do setor terciário, tentando caracterizar a apreensão do espaço produzido através da materialização destas relações que se reproduzem no cotidiano social num espaço-tempo que parte da emergência de uma reestruturação econômica impelida pela crise da agricultura cacaueira no município de Itabuna/BA, buscando entender a produção do espaço urbano condicionada pela materialização destas relações, ou seja, da sua reprodução, na Avenida Cinqüentenário, que é o espaço que concentra as atividades do setor no município de Itabuna/BA. Partindo destas perspectivas, pretende-se uma contribuição na discussão que envolve a terciarização da economia na estruturação da sociedade atual e na reprodução capitalista, discussão que sugere uma acentuada relevância deste setor na produção do espaço urbano atual e, consequentemente, na sua análise.

PALAVRAS-CHAVE: Produção do espaço; Espaço urbano; Setor terciário; Relações de trabalho

A economia do município de Itabuna/BA, bem como dos demais municípios que compõem a denominada Região Cacaueira, possuía como base a agricultura fundamentada na monocultura do cacau, estando sua produção espacial, durante grande parte da sua história, estritamente atrelada às determinantes envoltas nas relações de trabalho e produção inerentes a esta atividade econômica. Isso deve ser ressaltado em função da grande relevância que a especulação do capital sobre o

trabalho tinha para a produção do espaço, na medida em que se desencadeava das relações sociais necessárias à manutenção desta estrutura de produção e da localização espacial das lavouras dentro dos limites do município, que necessariamente impunha a formação de pequenas vilas próximas às áreas de plantação.

Esta atividade econômica materializou no espaço relações de produção agrícolas que se realizavam com a aplicação de técnicas rudimentares, produzindo relações sociais de trabalho próprias, que necessitavam de *grupos* sociais com baixo nível de escolaridade para participar ativamente da produção gerando uma concentração de renda bem definida a partir das classes envolvidas no processo produtivo, conseqüentemente condicionando a produção, reprodução e apropriação do espaço pela estrutura econômica vigente que *perdurou* em quase toda a história do município.

A crise da economia cacaueira iniciada a partir da dizimação do cacau pela "vassoura-de-bruxa" desestruturou a agricultura cacaueira enquanto base econômica do município de Itabuna provocando uma crise econômica geral na medida em que esta atividade, como dito acima, constituía-se, praticamente, como o sustentáculo econômico municipal. Dentre os problemas desencadeados a partir desta desestruturação pode-se destacar: o desemprego, entendido como o mais relevante gerado por esta crise; e os gerados pela dificuldade de deslocamento do capital da agricultura para outros setores da economia, tendo em vista a persistência em se manter a estrutura da economia como esta se encontrava.

De qualquer forma, a busca por soluções voltadas para a manutenção da agricultura cacaueira não trouxe resultados satisfatórios do ponto de vista econômico. Este fato provocou então um redirecionamento dos investimentos para o espaço urbano em setores econômicos que impeliram a consolidação de novas relações de trabalho.

Espaço, tempo e sociedade

Ao se analisar o espaço como produto dos processos de trabalho da sociedade — conseqüentemente também um produto histórico —, e a sociedade como *natureza*, como essência do espaço, ou o espaço como uma instância da sociedade que contém as demais instâncias e nelas é contido (SANTOS, 1992), a apreensão do espaço deve partir da contextualização das suas estruturas sociais. Sendo a sociedade sua essência, o espaço se entrega quase que totalmente aos diferentes processos que correspondem às aptidões singulares dos momentos históricos e carrega em si, e em diferentes *níveis*, diferentes momentos históricos simultaneamente coexistindo em sua essência, que mesmo em suas singularidades se permite a si mesmo a pluralidade, uma pluralidade envolta ao singular, onde "num mesmo pedaço de território convivem subsistemas técnicos diferentemente dotados, isto é, elementos técnicos provenientes de épocas diversas" (SANTOS, 1999, p. 35).

O tempo só pode ser apreendido de forma meramente *linear* se compreendido fora do espaço, da própria realidade social. Se o tempo fragmenta o espaço, isto acontece apenas porque a sociedade age no tempo e no espaço fragmentando a si mesma através das suas relações que implicam a materialização de uma lógica contraditória que se manifesta em todos os níveis dos

processos sociais. As formas e funções materializadas no espaço e no tempo são assim frutos do processo social compreendido no espaço-tempo que produz e reproduz a materialização das relações inerentes às sociedades estabelecidas em dado tempo e espaço. Sendo assim, a sociedade reproduz a si mesma no tempo e no espaço porque ela se realiza em ambos num mesmo instante, fazendo com que ambos assumam suas características, se impregnando delas, das contradições inerentes aos processos sociais.

É preciso compreender que o tempo não é o mesmo no espaço porque o próprio espaço não é o mesmo nos espaços, simplesmente, e complexamente, porque a sociedade não é a mesma no tempo e no espaço, carregando *tempos* distintos nos espaços em que suas distintas relações se materializam produzindo espaços distintos, que são *subordinados* à própria dinâmica da estrutura social.

No espaço, o tempo se conjuga em *tempos sociais*, portanto desiguais e sincrônicos. Afinal, "o espaço é a acumulação desigual de tempos" (SANTOS, 1978, p. 104). E desfragmentar a sociedade implicaria então em desfragmentar o espaço, levando à apreensão de uma realidade *estérea* e *irreal*. A realidade se passa então num *espaço-tempo*, e se faz necessário compreender a estrutura que movimenta a sociedade, e conseqüentemente suas relações, sedimentando a sociedade no espaço, relacionando ambos no e com o tempo.

Fica evidente que o espaço, para ser apreendido, necessita ser contextualizado, dado ao fato de que o tempo é *"escrito"*, ou mesmo se inscreve no espaço pela sociedade, visto que ele, o tempo, é social. Para tanto é fundamental à análise geográfica uma inescapável necessidade metodológica que articule a (re)produção social enquanto subsidiadora da produção do espaço e da sua valorização, porque produzindo espaços distintos a sociedade valoriza os fragmentos inerentes ao espaço de maneira desigual a partir da sua estrutura, afinal "em qualquer ponto do tempo, o modo de funcionamento da estrutura social atribui determinados valores às formas" (SANTOS, 1992, p. 49), e a apropriação destas formas também se faz na lógica da estrutura, que impele a sociedade na reprodução de contrastes e contradições imprescindíveis à sobrevivência do capital, quando podemos observar que, na sua reprodução, a sociedade manipula o espaço aprofundando as diferenças de classes (SANTOS, 1997b).

Produção do espaço

A produção do espaço se dá pela dinâmica produtiva que se reproduz na produção realizada pela sociedade. Esta produção se faz então a partir da lógica contraditória que *regulamenta* a apropriação daquilo que é produzido. Mas a produção da sociedade é também balizada pelo nível técnico empregado no seu processo produtivo, que condiciona as maneiras de se produzir por ser a principal forma de relação entre o homem e a natureza[1]. Ou seja, a sociedade produz através dos meios que dispõe para produzir (SANTOS, 1988).

---

[1] "É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço" (SANTOS, 1997, p. 25).

Através da fragmentação promovida pela sociedade em si mesma, no espaço e no tempo, “a difusão dos objetos técnicos [não] se dá uniformemente ou de modo homogêneo. Esta heterogeneidade vem da maneira como eles se inserem desigualmente na história e no território, no tempo e no espaço” (SANTOS, 1997, p. 32).

Desta forma, ambas, fragmentação e desigualdade, fazem com que nenhuma sociedade utilize técnicas que sejam exclusivas apenas de um tempo histórico (SANTOS, 1988). Cada pedaço do espaço tem, assim, um complexo conjunto de *tempos* salientes na combinação de técnicas originárias de diferentes períodos da história, que no tempo presente atendem às necessidades da estrutura social, essencialmente a estrutura econômica, que muito lhe dita o *ritmo*.

Tendo em vista que a sociedade produz espaço reproduzindo a si mesma a partir das relações de produção e de trabalho determinadas pelo modo de produção vigente materializado no espaço, o que se observa hoje como característica da produção social a partir da *mundialização* do capitalismo enquanto relação de valor e produção (enquanto lógica econômica) exprime no espaço a consolidação hegemônica deste sistema nas relações sociais que implicam na caracterização da sociedade como um *todo* dividido em classes geradas e mantidas pela contradição própria do sistema. Assim, esta:

> divisão da sociedade em classes implica formas diversas de apropriação do espaço. Essa apropriação é produção social de espaços para fins produtivos ou improdutivos, ambos necessários. Mas o espaço é apropriado também em sua diversidade natural e em razão de sua diferente utilização (SILVA, 1986, p. 32).

“O capitalismo produz [...] exclusivamente para a circulação. Neste sentido, para este [...] só será produtivo o trabalho que produzir valores de troca” (MORAES e COSTA, 1999, p. 112). Ele mesmo, o capitalismo, nasce no âmbito do comércio (MAGNOLI, 1997), e sendo o espaço humano um produto social, uma análise da valorização deste através do sistema econômico envolto à sociedade e suas estruturas parece absolutamente pertinente. Afinal, nada possui um valor *a priori*, um valor *em si*, todo valor é criado pela sociedade a partir da sua produção, sendo que o “valor do espaço, em todas as suas formas de manifestação, aparece frente ao processo de produção” (MORAES e COSTA, 1999, p. 127), que é um processo social, onde “a história resume a produção do ser humano por ele mesmo” (LEFEBVRE, S/D, p. 38).

É evidente que o espaço é produzido “a partir do espaço existente, ou seja, da transformação do espaço anterior” (SILVA, 1986, p. 32). Sendo assim, o espaço é, além de produto da sociedade, uma condição (e meio) da sua (re)produção, condição até da própria existência humana; e é dentro deste processo que o homem é entendido como sujeito do/no espaço. Não se pode então entender como irrelevante o valor *inerente* ao espaço, mesmo um espaço *natural*, posto que sua apropriação para fins produtivos ou não depende de um valor que não lhe é atribuído por si mesmo, sendo um *valor criado*.

> O valor do espaço também se expressa na qualidade, quantidade e variedade dos recursos naturais disponíveis numa dada porção do espaço terrestre, [mas] as

> características inerentes ao espaço não [possuem] sentido em si, pois o que as vivifica é a própria sociedade (MORAES e COSTA, 1999, p. 124, 134).

A desigualdade espacial é assim percebida como algo anterior à própria apropriação do espaço pela sociedade, mas isso não explica a valorização desigual do espaço, esta exclusivamente humana, social. Não se pode, através de uma correlação ingênua e falsa, considerar o espaço desigual enquanto valor na sua essência *natural*, porque a verdadeira desigualdade do espaço parte da sua valorização, e ela não se evidencia como uma simples correlação com a desigualdade natural, dos seus recursos desigualmente distribuídos por *leis naturais*. É a apropriação destes recursos que faz incidir sobre estes um valor que produz e reproduz a desigualdade espacial, essencialmente social, fruto da "contradição entre um processo de produção socializado e da sua apropriação privada" (CARLOS, 1997, p. 34).

As relações sociais devem ser analisadas a partir das relações capitalistas, pois materializadas no processo de produção e circulação, um processo que não atende senão à lógica capitalista, à lógica da estrutura econômica da sociedade, no qual o "capital é a contínua transformação do valor através do processo de produção e de circulação" (SINGER, 1987, p. 28), e este processo se *verifica* no espaço através das relações necessárias à sua realização pela sociedade, concretizadas nas relações sociais de trabalho, e, tendo em vista que "hoje a cidade é a expressão mais contundente do processo de produção da humanidade sob a égide das relações desencadeadas pela formação econômica e social capitalista" (CARLOS, 1997, p. 26), cabe aqui uma discussão a partir da sua materialização no espaço da cidade, que é "o lugar onde se reúnem as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo" (SPOSITO, 1998, p. 64), porque a cidade "é a expressão mais contundente do processo de produção da humanidade, sob o desenvolvimento da reprodução das relações capitalistas" (CARLOS, 1994, p. 254).

O espaço urbano

A produção espacial materializada nas cidades, a produção do espaço urbano — compreendida aqui como produção, reprodução das condições de se produzir, e apropriação do espaço pela sociedade — visualizada na sociedade capitalista está aliada fundamentalmente aos seus processos econômicos de produção, circulação e consumo — a articulação entre estes e a sociedade e a interação entre esta e o espaço — principalmente sobre a questão do trabalho, suas divisões e a evidente especulação do capital sobre este, que *determina* quais classes vão participar dos diferentes *níveis* do processo de produção e também de consumo, visto que "a cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, da sua divisão técnica, mas também da divisão social" (CARLOS, 1997, p. 26). Assim, para analisar o espaço existente nas cidades é impossível fugir do trabalho e da produção, que existe como realidade e se modifica a partir da dinâmica implícita na relação trabalho-produção, uma relação capitalista. A própria intensificação do processo de urbanização do espaço ocorre "devido à ação de agentes responsáveis pela produção e reprodução do mundo capitalista" (CÔRREA, 1989, p. 8), pois:

> o processo de reprodução do espaço geográfico é determinado pela reprodução das relações sociais, fundamentada na divisão técnica e social do trabalho [...] no âmbito da formação econômico-social (CARLOS, 1997, p. 29).

A cidade é expressão das relações sociais que a compõem, de um modo de vida da sociedade que a produz; consequentemente, reflete a cultura e o cotidiano desta sociedade, que é e se mostra apenas uma e, ao mesmo tempo, diversas sociedades.

A construção do espaço urbano se traduz na construção de um espaço que se distancia da natureza (CARLOS, 1997), sendo este constituído de diferentes usos da terra (CÔRREA, 1989). Como a produção do espaço urbano ocorre a partir das relações admitidas dentro de um sistema fundamentado num processo desigual, a desigualdade se expressa no espaço através de um reflexo das contradições criadas no/pelo próprio sistema. O espaço urbano "é assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais" (CÔRREA, 1989, p. 9).

> O processo de reprodução do capital que vai indicar os modos de ocupação do espaço pela sociedade, baseados nos mecanismos de apropriação privada, em que o uso do solo é produto da condição geral do processo de produção da humanidade, que impõe uma determinada configuração no espaço urbano (CARLOS, 1997, p. 49).

A segregação espacial que acontece a partir do valor e do uso do solo urbano fragmenta-o, separando as classes sociais que produzem o espaço urbano através da consolidação de fragmentos homogêneos quanto ao seu conteúdo social, embora esta fragmentação ocorra de forma articulada buscando atender à lógica geral, já que é esta mesma lógica quem produz esta fragmentação do espaço, podendo limitar suas formas de reprodução, pois é o próprio "processo de produção do capital que vai indicar os modos de ocupação do espaço pela sociedade, baseados nos mecanismos de apropriação privada" (CARLOS, 1994, p. 89). Esta *regra* se impõe tanto na separação das classes como na localização das atividades econômicas dentro do espaço urbano, quando "cada atividade tenderá a 'otimizar' sua localização no urbano" (CARLOS, 1994, p. 52) a partir das indicações, e, porque não, *concessões* de uso e valor dos espaços.

"As relações espaciais integram, ainda que diferentemente, as diversas partes da cidade, unindo-as em um conjunto articulado cujo núcleo de articulação tem sido, tradicionalmente, o centro da cidade" (CÔRREA, 1989, p. 8). E é, então, no centro da cidade que geralmente o solo urbano é mais *cobiçado*, *sofrendo* maior especulação pelo capital, afinal, "a produção do espaço urbano é feita a partir da racionalidade capitalista. Essa racionalidade é que define lugares na cidade segundo lugares no processo de produção" (CAVALCANTI, 2001, p. 17), valorizando-os diferentemente.

> A *separação* das classes é simultaneamente ilusório e extremamente real. É ilusória porque as classes figuram-se na mesma sociedade, no mesmo 'todo' que se

> sistematiza; aliás, há uma única fonte de riqueza social. E é real porque socialmente e na prática há uma separação de classes que como tal é mantida e vai até o conflito (LEFEBVRE, S/D, p. 36).

Mas, no espaço urbano, esta segregação espacial, que deveria talvez ser constituída também através da separação de diferentes paisagens absolutamente distintas, não se contradiz ao aderir na paisagem *desnuda* contradições sociais que expressam no plano do visível a luta de classes pelo/por espaço, porque o uso do solo não acontece de forma harmoniosa, e sim através de conflitos. Então "cabe pensarmos as diferenças expressas na paisagem enquanto manifestações das contradições que estão no cerne do processo de produção" (CARLOS, 1997, p. 36). Assim, pode-se dizer que a paisagem urbana "é a expressão da 'ordem' e do 'caos'" (CARLOS, 1997, p. 36), que esta é "fruto de uma distribuição de renda estabelecida no processo de produção" (CARLOS, 1994, p. 55), de uma distribuição que *aponta* inevitavelmente para a concentração, e consequentemente para a desigualdade social e espacial, bem como para os conflitos sociais que se manifestam a partir desta, porque a paisagem urbana será um reflexo característico da segregação social e espacial.

A paisagem urbana é a expressão espacial mais aparente da contradição que se encontra na sociedade que engendra a sua produção. Não é, contudo, a realidade *em si*, ou mesmo sua própria resposta em si mesma, visto que esta é produto de um processo que não se encerra em si, a paisagem é um produto social e sua explicação se encontra no âmago da sociedade que a produz. Não explica a realidade porque não é a realidade inteira, nem sua síntese. É, parte desta com limitados aspectos da sua totalidade; aspectos visíveis, que não permitem explicar sua própria formação e constituição através de uma ingênua dissociação desta com seus agentes formadores, afinal, o objetivo da análise da paisagem urbana "é entender o modo pelo qual ela se produz, sua substância e conteúdo a partir de relações sociais" (CARLOS, 1994, p. 44).

É na paisagem urbana, contudo, que se observa a materialização da essência, do conteúdo social através das formas que lhe emprestam a aparência e o visível contraste sócio-espacial. Formas que, na verdade, materializam funções que são exercidas pelo seu conteúdo, que concedem *vida*, essência e dinâmica, observáveis enquanto conteúdo da paisagem como uma construção "persistentemente capitalista, com sua geografia histórica singular, [e] sua própria estruturação espaço-temporal particularizada" (SOJA, 1993, p. 192).

Cotidiano, trabalho e setor terciário

A produção do espaço enquanto condição e resultado da produção social perpassa por uma produção que envolve diretamente o cotidiano social. Neste sentido, "a vida cotidiana não está 'fora' da história, mas no 'centro' do acontecer histórico: é a verdadeira 'essência' da substância social" (HELLER, 2000, p. 20). É onde a própria realidade parece se *manifestar* em sua plenitude, quando então o cotidiano passa a ser parte fundamental da sociedade e da história, e assim se modifica, modificando, as relações sociais (FALCÃO, 1989), indicando a impossibilidade da sua exclusão na produção do espaço e conseqüentemente na sua análise. "O cotidiano, como conjunto de atividades

e relações, efetua-se num espaço e num tempo sociais: o lugar e suas temporalidades" (DAMIANI, 2001, p. 168).

O cotidiano é intrínseco à própria vida humana, é o que se passa todos os dias sem escapar à ordem da rotina e da monotonia, reproduzindo o *mesmo* e criando a *ilusão* de que nada parece passar por não acrescentar marcas tão perceptíveis, embora seja nesta "repetência", no "igual" cotidiano, que surgem as possibilidades de resistência que alimentam a sua própria ruptura (PAIS, 2003). Assim a própria rotina nutre as possibilidades da sua contestação.

Como elemento social o cotidiano apresenta diferentes ritmos no decorrer do tempo, posto que ele mesmo é um produto e uma produção permanente que se diferencia nas diferentes épocas históricas e nas diferentes combinações destas nos espaços, estando desta forma em constante mutação subordinada às transformações que ocorrem dentro dos modelos sociais que o produzem. Mas é preciso compreender que:

> a mesma base tecnológica e econômica pode sugerir sociedades concretamente diferentes, pois não se faz tábua rasa das maneiras de viver, dos costumes, dos simbolismos de um povo de forma absoluta, por mais rigorosos que sejam os processos reprodutores (DAMIANI, 2001, p. 162).

Como produto social o cotidiano se *divide* e assim se apresenta de diferentes formas e regularidades nas diferentes formações sociais e nos diferentes grupos e classes que compõem estas formações. Ou seja, o cotidiano não é o mesmo numa pequena cidade, que vincula sua reprodução social/espacial à atividade agrícola em pequenas propriedades, e num grande aglomerado urbano com forte produção industrial onde a indústria é um elemento de destaque na reprodução social/espacial. Da mesma forma, não é o mesmo num bairro nobre *cercado* das mais diversas necessidades urbanas e com completa infra-estrutura e num bairro popular, distante do acesso à satisfação das suas necessidades e carente de infra-estrutura. O cotidiano não consegue assim fugir da própria reprodução sócio-espacial, pois esta reprodução "realiza-se no cotidiano das pessoas e aparece como forma de ocupação e/ou utilização de determinado lugar num momento específico" (CARLOS, 1994, p. 85-86).

Desta forma se evidencia a influência das diversas estruturas sociais, a econômica com acentuado destaque, na produção da realidade social, desde o aparente à essência e ao cotidiano. Heller (2000, p. 18), afirma serem "partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada [...]", dentre outras. Nota-se, assim, que as partes que constituem a vida cotidiana estão diretamente relacionadas e subordinadas à estrutura e organização econômica da sociedade, visto a determinação desta na divisão social do trabalho, bem como na própria destinação de tempo ao ócio, das atividades e dos tipos de lazer que as diferentes classes sociais encontram possibilidade de se dedicar. As profissões tendem a se enquadrar no contexto das classes sociais e a remuneração e a alienação que lhe são inerentes possuem posição e disposição definidas dentro da divisão social, pois a alienação consiste na ocorrência de um abismo produzido pela estrutura econômica entre a produção humano-genérica e a participação efetivamente consciente do indivíduo no contexto desta produção (HELLER, 2000). O

capitalismo, então, tende a destinar o total estranhamento na produção para as classes sociais que compreendem o seu pilar de sustentação numa tentativa de manutenção da ordem através do afastamento da possibilidade do sistema vir a ruir pela ausência da sua base.

> Os gestos comuns, a uniformidade e a padronização dos desejos e necessidades reificados, fetichizados e controlados reproduzem, a todo momento, os opressores e oprimidos, determinando, através da massificação, comportamentos acríticos e anônimos (FALCÃO, 1989, p. 40).

Fica claro que apesar de o cotidiano envolver outros momentos da vida social além do trabalho, estes já não se encontram alheios à reprodução do capital (DAMIANI, 2001), e não podem ser observados com a devida precisão sem a sua inserção dentro do contexto da análise. O cotidiano é assim permanentemente construído pelo trabalho e suas divisões (técnicas, sociais) subordinadas à lógica da estrutura econômica, embora abranja outros momentos do homem, se constituindo como "a vida do homem inteiro" (HELLER, 2000, p. 17).

O trabalho enquanto característica e dimensão social e vetor essencial da produção propriamente dita e da produção espacial por esta estruturada se constitui como uma ferramenta submersa nas demais premissas sociais, obedecendo ao mesmo processo em que historicamente esta se insere e assumindo então um *movimento* predominantemente impulsionado pela lógica do capital. Afinal, é através do trabalho que a sociedade se define, se produz e produz espaço, embora o trabalho seja condicionado a se constituir a partir das determinantes sociais que tendem a aderir como fundamento da produção social a estrutura econômica, que só pode ser materializada no trabalho. A própria "divisão do trabalho, que fragmenta a produção e faz com que o progresso escape à consciência, é também produção" (LEFEBVRE, S/D, p. 47), portanto, envolta aos processos sociais.

É através do trabalho humano, em consonância com os meios de produção, que são *criadas* as mercadorias do/no mundo do capital. Não sem, contudo, *abstrair* do trabalhador a finalidade e qualidade do trabalho e do seu produto para assim viabilizar a criação de valores de troca, "deixando de lado o caráter útil do trabalho, sua dimensão *concreta*, [restando-lhe] apenas ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada" (ANTUNES, 2003, p. 84). Tudo isso para a manutenção do processo de valorização do capital, que, para tanto, tende a minimizar ou desconsiderar o valor de uso das coisas produzidas para integrá-las à lógica produtiva-apropriativa.

> A relação sociedade-espaço é [...] uma relação valor-espaço, pois substantivada pelo trabalho humano. Por isso, a apropriação dos recursos próprios do espaço, a construção de formas humanizadas sobre o espaço, a perenização (conservação) destes construtos, as modificações, quer do substrato natural, quer das obras humanas, tudo isso representa *criação de valor* (MORAES e COSTA, 1999, p. 123).

Subtraído da constatação de estar submetido à lógica capitalista o trabalho é, antes de tudo, transformador, mediador da relação homem-natureza e conseqüentemente de toda a produção humana (social). “O trabalho mostra-se como momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; é o ponto de partida para a humanização do ser social” (ANTUNES, 2003, p. 125).

Mas a produção do valor para o capital tendo o trabalho enquanto seu fundamento implica na alienação conseqüente da duplicidade do trabalho que se dividiria em concreto e abstrato, este último designado por Heller (2000) como humano-genérico. “Para Marx, o valor é, antes de tudo, uma categoria social. Não há valor sem trabalho” (MORAES e COSTA, 1999, p. 110).

As relações sociais de trabalho são expressão das lutas de classes, pois por mais dominante que a classe capitalista seja ela não consegue determinar sozinha sua margem de lucro. Na realidade, esta é determinada pelo confronto de classes, numa luta entre capitalistas e trabalhadores (SINGER, 1987), sendo o lucro, maior ou menor, *“resultado”* da força e da capacidade dos trabalhadores de não serem *esmagados* pelos capitalistas. Assim sendo, na margem de lucro se especula sobre o valor da força de trabalho, e neste valor é considerada apenas a subsistência do trabalhador, ou seja, o valor da força de trabalho é resultado da especulação do capital sobre esta, que, como já dito, tende a determinar a participação das classes no processo de produção e consumo.

> O processo de produção do espaço fundado nas relações de trabalho [...] coloca-se como uma questão que deve ser entendida em suas várias determinações, econômica, política, social, ideológica, jurídica, cultural, filosófica. Tal processo tem na apropriação sua pedra de toque; esta aparece na instância jurídica, como propriedade privada, consubstanciando-se em dois momentos: o primeiro se refere à apropriação do processo real que determina a direção do processo produtivo e se propala em todos os níveis da sociedade, e a outra, à apropriação do produto criado pelo capital (CARLOS, 1994, p. 23).

O trabalho enquanto propulsor da produção social efetiva as relações de trabalho que se processam no contexto das atividades em que se constituem através dos setores econômicos. Estes setores econômicos têm sido tradicionalmente divididos em primários, secundários e terciários, compostos, cada um, de características *específicas* dentro do processo produtivo e para este.

As atividades do setor primário são constituídas da produção de mercadorias através da obtenção de recursos naturais, abrangendo a agricultura, a pecuária, entre outras atividades; as do secundário se destinam ao beneficiamento e transformação das matérias-primas produzindo mercadorias destinadas ao consumo final em atividades que vão desde a extração mineral à construção civil e às indústrias de transformação; já o setor terciário não possui como função a valorização do capital na produção material (LIPIETZ, 1988), abrangendo atividades como o

comércio, transportes, atividades liberais, funcionalismo público, educação e outras. Assim, nos setores primário e secundário:

> a produção pode ser medida segundo uma unidade física qualquer, sendo este aspecto uma característica das próprias atividades, [e], por exclusão, o setor terciário reúne todas as atividades cuja produção não é, em geral, mensurável em unidades físicas. Neste setor, *num sentido restrito*, o produto somente existe durante o processo produtivo, não se podendo manter um estoque dos bens obtidos (ALMEIDA e SILVA, 1973, p. 15-16).

A partir das atividades constituintes do setor terciário, ou de serviços, observa-se que é sobretudo no espaço da cidade o *locus* onde estes serviços se encontram concentrados (LEFEBVRE, S/D), e nas cidades em suas áreas centrais. Assim, a concentração de empregos no setor terciário, bem como o crescimento e relevância deste setor está necessariamente articulado ao desenvolvimento urbano, embora este desenvolvimento muitas vezes esteja carregado de problemas sócio-espaciais, não podendo, portanto, ser analisado através de uma limitação ingênua aos seus aspectos “positivos”.

Esta ampliação da importância do setor terciário na produção espacial e sua expansão dentro da economia aparecem também acompanhadas de uma crescente complexidade na análise das relações que se materializam no contexto deste setor, como também no setor secundário, principalmente com a ampla utilização da informática no cerne da produção que questiona a participação do trabalho no processo produtivo. Esta complexidade atinge desde os questionamentos quanto aos métodos de análise frente à realidade social, quanto os problemas expostos pela fragilidade conceitual deste setor, este último diretamente relacionado à amplitude das suas atividades.

Dada a situação privilegiada da cidade na reprodução do capital nos dias atuais, o setor terciário apresenta-se assim fundamentado nos aspectos mais dinâmicos da economia pelo movimento que concede na realização do capital, posto que este encontra no espaço urbano a concretização da sua valorização através dos valores de troca que nutrem a consolidação estrutural da sociedade do consumo na cidade, cuja finalidade tende cada vez mais a uma “auto-estimulação” do ato de consumir.

> No plano da vida cotidiana – no lugar – como produto direto da reprodução do capital, cria-se o mundo da mercadoria que se generaliza invadindo e colonizando a vida cotidiana e mediando as relações sociais, redefinindo-as a partir da criação de modelos e padrões invadidas pelo consumo da mercadoria enquanto símbolo definidor das novas relações (CARLOS, 2004, p. 49).

A problemática da análise do espaço moderno expõe complexidades que em alguns níveis nos permitem observar o lugar no mundo e o mundo no lugar, fazendo da cotidianidade e do lugar excelentes perspectivas geográficas para o exame do espaço. “Portanto, o que faz da cotidianidade um nível de análise da totalidade é que o mundo atual acentua a reprodução, o processo reprodutivo como um complicador do exame da totalidade moderna” (DAMIANI, 2001, p. 162). No lugar e no cotidiano o espaço adquire, então, diferenças e igualdades e uma acentuada realidade na análise da reprodução social inacessível às demais escalas de análise.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Wanderley J. M. de e SILVA, Maria da Conceição. *Dinâmica do setor de serviços no Brasil: emprego e produto*. Rio de Janeiro: INAEPS, 1973.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 9ª ed. Campinas: Editora Universidade Estadual de Campinas, 2003.

CARLOS, A. F. A. *A cidade*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1994.

_____. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: contexto, 2004.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Uma geografia da cidade – elementos da produção do espaço urbano. In: CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia da cidade*. Goiânia: Ed. Alternativa, 2001.

CÔRREA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1987.

DAMIANI, Amélia Luisa. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. (org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2001.

FALCÃO, Maria do Carmo. Conhecimento da vida cotidiana: base necesaria à prática social. In: FALCÃO, Maria do Carmo; NETTO, José Paulo. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1989.

HELLER, Agnes. *Cotidiano e história*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *O pensamento marxista e a cidade*. Ed. Ulisseia, S/D.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1998.

MORAES, A. C. R. e COSTA, W. M. da. *Geografia crítica: a valorização do espaço*. 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOREIRA, Ruy. *O que é geografia?* São Paulo: Brasiliense, 1981.

PAIS, José Machado. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *A urbanização brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Espaço e método*. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. O espaço geográfico como categoria filosófica. *Revista Terra Livre*, n. 5, p. 9-20, 1988.

_____. *Pensando o espaço do homem*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997b.

_____. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SILVA, Armando Corrêa da. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de (orgs.). *O espaço interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986.

_____. *Geografia e lugar social*. São Paulo: Contexto, 1991.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 13ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. *O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. 14ª ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SPOSITO, M. E. B. *Capitalismo e urbanização*. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.